

DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: CARACTERÍSTICAS DA MICRORREGIÃO DE IGUATEMI DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Jaiane Aparecida Pereira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,

jaiane.pereira@ufms.br

Sibelly Resch, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sibelly.resch@ufms.br

Marcelo da Silva Mello Dockhorn, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,

marcelo.dockhorn@ufms.br

Wesley Osvaldo Pradella Rodrigues, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,

wesley.rodrigues@ufms.br

Marco Antonio Costa da Silva, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,

marco.silva@ufms.br

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é identificar as características de desenvolvimento humano e socioeconômico da Microrregião de Iguatemi, com vistas ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa descritiva, com base em dados secundários. A partir das análises, identificou-se que o desenvolvimento da microrregião é irregular, necessitando de ações e políticas públicas que considerem as especificidades de cada local, mas que ao mesmo tempo, valorizem o desenvolvimento regional. Como principais conclusões, destaca-se que a renda *per capita* da microrregião, de forma geral, é pequena quando comparada ao estado e ao Brasil, necessitando de ações que contribuam com a melhoria da qualidade de vida nessas localidades, especialmente políticas que fomentem a geração e melhor distribuição de renda. Apesar do crescimento do IDHM da microrregião, principalmente por conta da melhoria dos índices educacionais, esses ainda estão aquém do desejável. Além disso, aponta-se que o município de Naviraí se destacou como central para a microrregião, com capacidade de se tornar um polo concentrador que pode assumir o papel de protagonista na busca do desenvolvimento regional.

Palavras chave: Desenvolvimento local/regional; Índices; Microrregião de Iguatemi.

1 Introdução

Nos últimos anos têm ocorrido esforços importantes de pesquisadores para compreender e explicar como se dá o processo de desenvolvimento de países, estados, cidades e regiões. Destaca-se o fato de que as regiões têm sido afetadas pelo modelo econômico de desenvolvimento, alicerçados em bases globais, capitaneados pelas grandes corporações transnacionais e por políticas de abertura de mercados (Andion, 2003; Amaral Filho, 2001; Jagnow, Jurack, & Stoffel, 2012; Fagundes; Rauta, & Siqueira, 2015).

Do ponto de vista do campo teórico, observa-se a ampliação significativa da produção acadêmica sobre desenvolvimento local e territorial, que envolvem estudos sobre potencialidades, estratégias, legislação, entre outros (Ávila, Campos, Rosa, Ferro, & Paulitsch, 2000; Andion, 2003; Amaral Filho, 2001; Ferro, 2003; Rodrigues & Oliveira, 2006; Ávila, 2006; Lipke & Valente, 2010; Kunz & Moesch, 2010; Oliveira, 2011; Stoffel & Mattia, 2012; Nunes & Karnopp, 2013).

O que se constata é o fortalecimento de um movimento que caminha paralelo ao processo de globalização. Esse processo tem procurado, a partir de inúmeras frentes, redefinir a forma como devem ser postas as bases econômicas, políticas e sociais, voltando o foco para o desenvolvimento local e regional como condição fundamental para se garantir maior qualidade de vida à população local (Andion, 2003; Amaral Filho, 2001; Oliveira, 2011; Stoffel & Mattia, 2012; Nunes & Karnopp, 2013; Fagundes, Rauta, & Siqueira, 2015).

São muitas as explicações para a emergência desse fenômeno, sobretudo pela tentativa de mudança das fontes de formulação de teorias e, conseqüentemente, das políticas públicas assentadas na dicotomia entre Estado e Mercado (Muls, 2008). O modelo globalizante não tem dado sinais de ser capaz de resolver problemas econômicos específicos de pequenas cidades e regiões, pelo contrário, pode estar diretamente relacionado à desagregação de setores e indústrias (Muls, 2008; Amaral Filho, 2001). Amaral Filho (2001) destaca que o processo de flexibilização e descentralização, tanto interno quanto externo, das organizações produtivas, tem significado transformações importantes no espaço local.

Essa forma de pensar o desenvolvimento econômico, cultural, político e social propõe um papel coletivo dos atores envolvidos no processo, integrando inclusive o cidadão à discussão dos problemas econômicos locais. Trata-se de um movimento que os pesquisadores chamam de endogeneização, no qual os problemas e decisões relacionadas à cidade e à região, são discutidos e decididos considerando a perspectiva de todos os atores, em um contexto

espacial, local, regional e territorial (Cabugueira, 2000; Amaral Filho, 2001; Muls, 2008).

Não obstante aos avanços teórico-metodológicos alcançados no campo, ainda se observam muitas lacunas que demandam esforços para aprofundamento sobre as questões de desenvolvimento local/regional (Ferro, 2003; Swinburn, Goga, & Murphy, 2006; Diniz, 2009). Siedenberg (2008) afirma que a variada e complexa gama de fatores que envolvem o desenvolvimento local só pode ser explicada por sua característica multifacetada, o que dificulta a determinação de quais aspectos são mais importantes e têm maior peso. Para o autor, além desses fatores, é importante considerar aspectos aleatórios e específicos dos territórios que estabelecem um dinamismo próprio. Acrescenta-se ainda o fato de que é necessário pensar um modelo de desenvolvimento que considere as características do território, seus diferentes atores e múltiplos contextos (Siedenberg, 2008).

Desta forma, um levantamento de indicadores que permita a compreensão das especificidades locais e territoriais do ponto de vista da capacidade produtiva (estabelecimentos produtivos, localização, mercado de trabalho, sistema educacional, problemas locais, instituições de capacitação, sistemas de P&D, inventário de recursos naturais e ambientais, estrutura social e política, tradição cultural, organizações representativas dos atores, entre outros) constitui um dos fatores decisivos para o sucesso de cidades e regiões (Llorens, 2001).

Dentro dessa discussão, pensar o local/regional passa a ser uma necessidade ou uma condição para alavancar as potencialidades do desenvolvimento endógeno. Nesta perspectiva, pretende-se estudar a Microrregião de Iguatemi localizada no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul (MS). A microrregião, de acordo com Lima, Piffer, & Ostapechen (2016), possui um ritmo de crescimento econômico dinâmico. Considerando que os estudos sobre indicadores dessa microrregião são escassos, pesquisas dessa natureza podem apontar potencialidades que sirvam de base para pensar o desenvolvimento a partir do local.

Por conseguinte, o objetivo do presente trabalho é identificar as características de desenvolvimento humano e socioeconômico da Microrregião de Iguatemi, com vistas ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, além desta introdução, o segundo capítulo trata do desenvolvimento local e regional. Posteriormente, são apresentados os procedimentos metodológicos, seguido da descrição e análise dos dados. Por fim, são expostas as conclusões.

2 Desenvolvimento local e regional

A questão do desenvolvimento regional como campo teórico tem ganhado destaque no meio

no meio acadêmico. São inúmeras as abordagens, destacando-se principalmente questões relacionadas com o crescimento econômico. Contudo, uma questão relevante reside no fato de que o modelo de desenvolvimento pensado atualmente tem desconsiderado questões de qualidade de vida da população local e regional, impactando em distribuição desigual da renda, sobretudo no Brasil e em países em desenvolvimento e não desenvolvidos (Oliveira, 2002). Na perspectiva abordada nesta pesquisa, entende-se que o desenvolvimento local e regional deve ser pensado para além das questões econômicas, abrangendo aspectos humanos e sociais, que são indissociáveis.

O modelo vigente da concepção do desenvolvimento tem sido visto a partir de variáveis exógenas, em geral, em um viés da dicotomia Estado e Mercado, desvinculados da realidade local e sem preocupações genuínas com as desigualdades regionais e especificidades que caracterizam o desenvolvimento endógeno (Ferro, 2003; Muls, 2008). Como alternativa a esse modelo de desenvolvimento, destaca-se a necessidade de uma perspectiva integrativa que envolva todos os atores locais e regionais, com grande ênfase à participação da comunidade em função de suas potencialidades territoriais.

Desta forma, é importante reforçar que o conceito de desenvolvimento local e regional deve ser mais amplo e global, estendendo as dimensões e variáveis de análise, incluindo, por exemplo, questões relacionadas à: comunidade, identidade, participação social, solidariedade, territorialidade, potencialidade e liderança (Ávila *et al.*, 2000; Ferro, 2003; Muls, 2008).

Como modelo teórico e orientador de políticas públicas, a visão mais voltada ao desenvolvimento local/regional retomou força a partir da década de 1990 (Amaral Filho, 2001; Ferro, 2003; Diniz, 2009). Segundo Diniz (2009), nas décadas de 1970/1980, as políticas voltadas para o desenvolvimento regional entraram em crise devido à uma série de fatores: o sucesso da expansão econômica do pós-guerra; reações contra a intervenção do Estado na economia; críticas dos resultados das políticas regionais; e a incapacidade de explicar novos fenômenos, como a emergência de novos centros baseados em tecnologias, avanço da união Europeia, alegação de corrupção em instituições que implementavam as políticas regionais e uma nova visão sobre o papel do Estado (Diniz, 2009).

Nesta perspectiva, fica evidente a dicotomia do desenvolvimento, na qual o mercado atua como catalisador do desenvolvimento e o Estado é responsável pelos investimentos em educação, infraestrutura e estabilidade político-institucional. A partir da década de 1990, principalmente a partir da União Europeia, retomou-se a concepção das políticas regionais,

pela constatação de que as regiões têm um papel importante nessa dinâmica. A integração da economia mundial, estabelece “um sistema de fluxos onde as localidades se articulam diretamente, recolocando a questão das economias de aglomeração e das externalidades como elementos centrais nos padrões locacionais e competitivos” (Diniz, 2009, p. 233). Esse processo se deu concomitantemente aos rápidos processos de mudanças tecnológicas.

Reforça-se a perspectiva de que o entendimento do estágio de desenvolvimento das unidades econômicas em seu conjunto é condição para a compreensão do crescimento regional. Porém, é fundamental que se considere outras características, possibilitando o entendimento de como algumas regiões alcançam resultados mais satisfatórios. Por isso, acredita-se que entender as características locais é o ponto de partida para pensar o desenvolvimento local.

Na concepção defendida neste artigo, o desenvolvimento local pode ser entendido como um processo de reativação econômica e incentivo à sociedade local. O que se busca são condições de aproveitamento eficiente dos recursos endógenos acessíveis em uma região definida, capazes de incentivar seu crescimento econômico, criarem empregos e melhorarem a qualidade de vida da comunidade (Del Castilho, 1998; Shikida & Souza, 2009).

Segundo Ávila *et al.* (2000), é relevante que se discuta duas perspectivas sobre desenvolvimento: (1) desenvolvimento local – que parte de dentro, pois a própria comunidade desabrocha suas capacidades, competências e habilidades, se abrindo a contribuições de agentes externos; e (2) desenvolvimento **no** local - os agentes externos que promovem ações de desenvolvimento na comunidade, “convidando” a comunidade local a participar dessas ações (Ávila *et al.*, 2000). O conceito de local implica o de comunidade localizada, a qual deve assumir o papel de desenvolver toda a localidade, valorizando o território.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico local, reforça-se que seu propósito é construir a capacidade econômica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos. O duplo objetivo, de gerar desenvolvimento econômico local e ampliar a qualidade de vida, deve ser pensado coletivamente com parceiros públicos, setor empresarial, organizações não governamentais (ONGs) e outros setores organizados da sociedade e comunidade (Swinburn, Goga, & Murphy, 2006).

Llorens (2001) destaca o papel atribuído ao território para a promoção de um entorno inovador. Segundo o autor, a densidade e a qualidade das relações entre os diferentes atores territoriais é o elemento capaz de promover a inovação. Neste cenário, o conhecimento e a qualificação dos recursos humanos constitui condição crucial para a geração de inovação,

aumento da produtividade e geração de riqueza (Llorens, 2001).

No contexto explicitado, a qualificação de quadros competentes, depende das políticas públicas do poder local, que devem ser voltadas à impulsionar o conhecimento técnico e científico, objetivando promover a construção de uma cultura local inovadora. Essa qualificação pode contribuir ainda para reforçar os empreendimentos já existentes e fomentar inovações tecnológicas, de processo, organizacional e de marketing. Ao poder público cabe o papel de integração territorial, fomentando a articulação estratégica entre os atores, permitindo assim, a identificação e capacitação dos recursos humanos (Llorens, 2001). O autor destaca que as iniciativas de desenvolvimento local superam a visão isolada de desenvolvimento empresarial e das iniciativas locais de emprego. Assim, as instituições educacionais e de capacitação têm por função contemplar as necessidades e problemas do perfil produtivo local, como condição de diminuição das desigualdades (Llorens, 2001).

Por fim, defende-se que a compreensão deste panorama é um passo inicial que pode gerar elementos para posteriores ações de fomento ao desenvolvimento local/regional.

3 Procedimentos metodológicos

Buscou-se neste estudo realizar um levantamento para identificar as características de desenvolvimento humano e socioeconômico da Microrregião de Iguatemi, com vistas ao desenvolvimento local e regional. A pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem descritiva (Lakatos & Marconi, 1992).

A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisa documental (Triviños, 1987). Os dados foram coletados a partir das seguintes bases de dados: (1) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico [SEMADE]; (2) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] da base IBGE Cidades, Atlas Brasil e o Sistema IBGE de Recuperação Automática [SIDRA]; e (3) Fundação Nacional do Índio [FUNAI]. Os dados foram analisados a partir da aplicação de técnicas de estatística descritiva (Hair, Babin, Money, & Samouel, 2005) e com base na análise documental (Merriam, 1998).

4 As Características Socioeconômicas da Microrregião de Iguatemi

O MS está dividido em 4 mesorregiões e 11 microrregiões que englobam os 79 municípios existentes (IBGE, 2017). O estado é constituído por uma área territorial de 357.145,4 km² de extensão, fazendo fronteira com cinco estados brasileiros, Paraná, São Paulo, Minas Gerais,

Goiás e Mato Grosso; e fronteira internacional com o Paraguai e a Bolívia (SEMADE, 2015). A Figura 1 apresenta a localização do estado no mapa do Brasil e demarca a Microrregião de Iguatemi no MS.

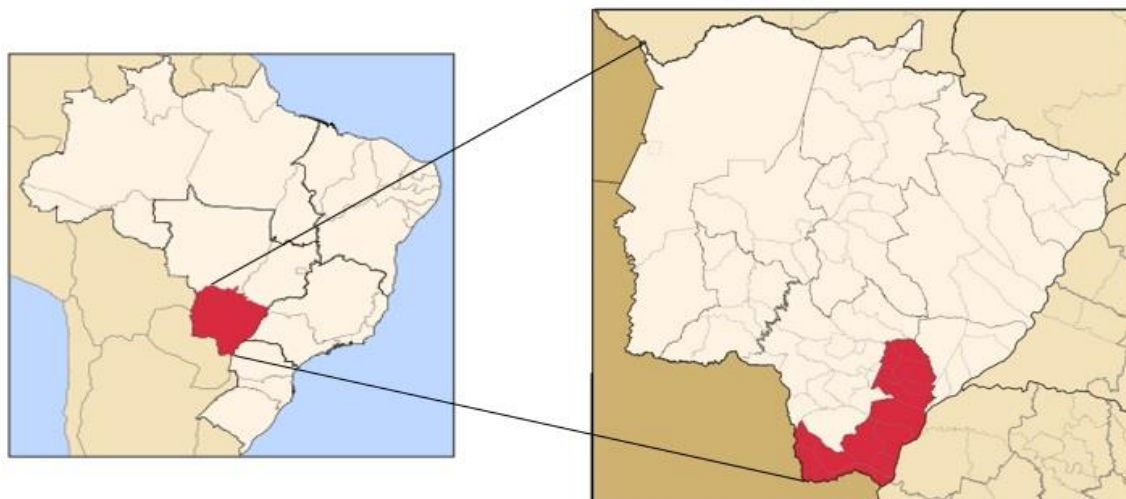


Figura 1. O estado de Mato Grosso do Sul e a Microrregião de Iguatemi
 Recombinada a partir de Raphael Lorezeto de Abreu em 2006. Nota: Licença da imagem CC

A Microrregião de Iguatemi é composta por 16 municípios com uma população estimada de 424.110 habitantes (SIDRA, 2017). A Tabela 1 apresenta os municípios e a população estimada pelo IBGE em 2016.

Tabela 1
 População estimada em 2016 na Microrregião de Iguatemi

Ordem	Cidade	População estimada	%
1	Angélica	10.304	4,26
2	Coronel Sapucaia	14.916	6,16
3	Deodópolis	12.712	5,25
4	Eldorado	12.176	5,03
5	Glória de Dourados	9.976	4,12
6	Iguatemi	15.738	6,50
7	Itaquiraí	20.401	8,43
8	Ivinhema	22.975	9,49
9	Japorã	8.702	3,59
10	Jateí	4.031	1,66
11	Mundo Novo	17.994	7,43
12	Naviraí	52.367	21,63
13	Novo Horizonte do Sul	4.173	1,72
14	Paranhos	13.674	5,65
15	Sete Quedas	10.811	4,47
16	Tacuru	11.160	4,61
Total		242.110	100,0

Elaborado pelos autores a partir do IBGE Cidades (2017)

Nota-se que o município de Naviraí é o maior da microrregião, com 21,63% da população. O segundo maior município, Ivinhema, possui uma população que representa 9,49%, seguido de Itaquiraí com 8,43%. Constata-se que Naviraí tem, no mínimo, o dobro da população de qualquer um dos municípios. Os Censos Demográficos realizados mostram que o crescimento populacional de Naviraí foi acentuado, como percebido na Figura 2.

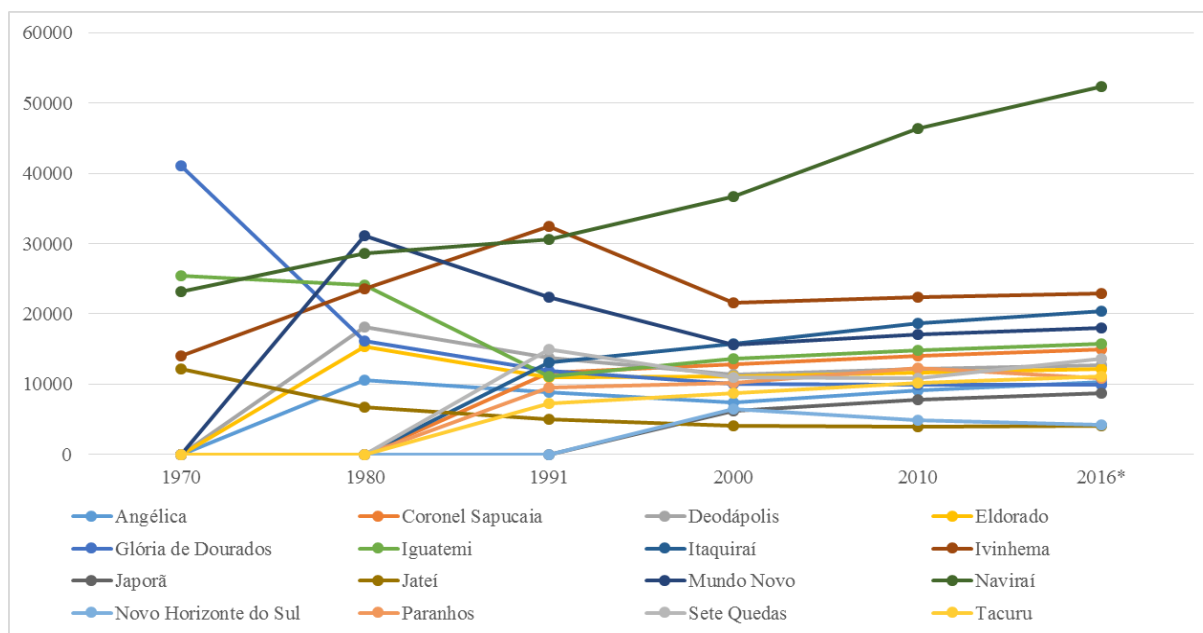


Figura 2. População residente na Microrregião de Iguatemi nos Censos Demográficos do IBGE Elaborado pelos autores a partir do SIDRA IBGE (2017) e IBGE Cidades (2017)
* Estimativa para 2016 IBGE.

Observa-se que, Naviraí teve um crescimento constante ao longo dos anos, tornando-se o município com o maior número de habitantes.

Conhecer as especificidades locais são o primeiro passo para refletir sobre as ações, estratégias e políticas a serem propostas para o desenvolvimento local e regional. O propósito de promover ações perpassa pela compreensão das características sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas de um determinado território, como assinalado por Llorens (2001). Neste estudo, optou-se por um recorte das características sociais e econômicas da Microrregião de Iguatemi a fim de fornecer um panorama dos indicadores desses municípios. Para compreender esse panorama, o primeiro levantamento realizado foi do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal [IDHM]. Esse índice foi desenvolvido a partir do Índice de Desenvolvimento Humano [IDH], criado pela Organização das Nações Unidas [ONU] como uma alternativa para analisar o desenvolvimento, contrapondo-se à visão do PIB como

medida para demonstrar o desenvolvimento de um país. O IDHM, por mensurar três dimensões (renda, educação e longevidade), fornece um retrato da evolução das condições de vida da população num determinado município. Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2013) o IDHM varia de muito baixo (0 a 0,499), baixo (0,500 a 0,599), médio (0,600 a 0,699), alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 a 1).

A média calculada do IDHM dos 16 municípios que compõem a região resultou num índice de 0,381 no ano de 1991 e de 0,653 para o ano de 2010, ou seja, a região teve um crescimento de 71,27% nesse período. Esse crescimento é superior ao que observa no Estado do MS (49,39%) e no Brasil (47,46%). Para compreender a dimensão que mais contribuiu para isso, faz-se mister identificar a evolução de cada indicador no período compreendido entre 1991 e 2010. Observa-se na Figura 3 que a dimensão educação foi a que mais contribuiu para o avanço do IDHM.

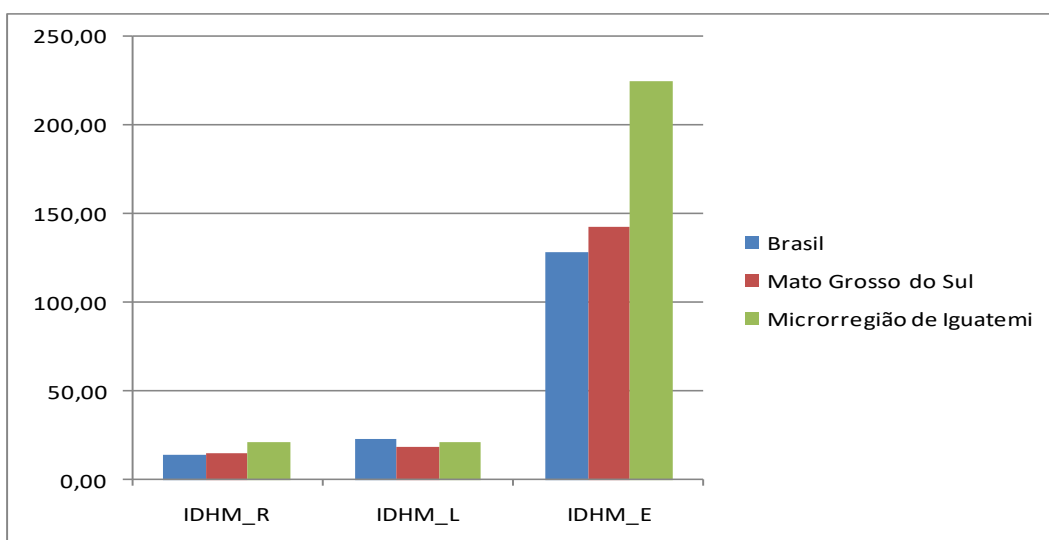


Figura 3. Crescimento % das dimensões do IDHM
Elaborado pelos autores a partir do Atlas Brasil (2013)

Para se obter uma visão mais aprofundada deste cenário é preciso analisar os indicadores de cada localidade. A Tabela 2 apresenta indicadores relacionados ao desenvolvimento humano e a distribuição de renda dos municípios.

Ao observar o IDHM dos municípios que compõem a Microrregião de Iguatemi no ano de 2010, identifica-se que os municípios possuem realidades socioeconômicas distintas. O IDHM em Japorã, Paranhos, Coronel Sapucaia e Tacuru saiu de “muito baixo” para “baixo” em 2010, enquanto Naviraí, Jateí, Ivinhema e Glória de Dourados conseguiram elevar seu

IDHM para um nível considerado “alto”, comparativamente ao ano de 1991

Tabela 2
Indicadores de Desenvolvimento Humano e Distribuição de Renda

Municípios	IDHM (2010)	Renda per capita (2010)	% de vulneráveis à pobreza (2010)	% de renda apropriada pelos 10% mais ricos (2010)
Japorã	0,526	241,32	72,04	47,71
Paranhos	0,588	271,52	69,58	48,71
Coronel Sapucaia	0,589	350,37	57,56	40,08
Tacuru	0,593	367,68	57,54	46,38
Sete Quedas	0,614	487,00	45,32	42,70
Itaquiraí	0,620	442,57	44,35	38,90
Novo Horizonte do Sul	0,649	472,75	31,52	30,50
Iguatemi	0,662	519,03	38,15	41,84
Eldorado	0,684	530,89	35,56	39,11
Mundo Novo	0,686	652,56	29,41	39,22
Deodápolis	0,694	596,50	25,34	36,09
Angélica	0,697	592,27	23,13	32,97
Naviraí	0,700	683,86	21,48	37,66
Jateí	0,708	690,71	38,22	53,43
Ivinhema	0,720	685,17	23,03	38,65
Glória de Dourados	0,721	644,10	23,96	36,48
*Microrregião de Iguatemi	0,653	514,27	39,76	40,65
Mato Grosso do Sul	0,729	799,34	26,83	45,67
Brasil	0,727	793,87	32,56	48,93

Elaborado pelos autores a partir do Atlas Brasil (2013)

Nota: Os municípios estão ordenados a partir dos valores do IDHM do menor para o maior valor.

* Os valores da Microrregião de Iguatemi foram obtidos pelo cálculo da média simples dos indicadores dos 16 municípios que a compõem.

Essas diferenças também são constatadas nos indicadores de renda *per capita* e no percentual de vulneráveis à pobreza. Desse modo, o cálculo da média para esses indicadores na microrregião esconde as diferenças presentes no contexto regional. Chama a atenção o fato da renda *per capita* de todos os municípios da microrregião ser menor que do MS e do Brasil. Desse modo, constata-se que a região é menos desenvolvida economicamente frente ao contexto estadual e nacional. Corroborar com essa perspectiva a desigualdade social analisada por meio da apropriação de renda pelos 10% mais ricos. Observa-se uma proximidade em termos de % de renda apropriada no conjunto de municípios e a média para a microrregião, sendo menor comparativamente ao estado e ao país.

Os indicadores socioeconômicos também refletem nas condições de habitação da população dessa região, especialmente nas cidades menos desenvolvidas. É o que se observa na Tabela 3.

Tabela 3
Condições de habitação

Municípios	% de pessoas em domicílios sem energia elétrica (2010)	% de pessoas em domicílios com paredes inadequadas (2010)	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados (2010)
Japorã	22,53	29,70	46,88
Paranhos	29,03	34,64	27,95
Coronel Sapucaia	11,06	19,70	24,10
Tacuru	18,65	25,22	30,05
Sete Quedas	4,25	6,34	7,63
Itaquiraí	3,84	5,96	4,13
Novo Horizonte do Sul	0,12	0,60	0,90
Iguatemi	0,97	1,35	1,33
Eldorado	1,51	6,83	5,02
Mundo Novo	0,13	0,99	0,19
Deodápolis	0,74	1,50	2,35
Angélica	0,43	4,53	1,30
Naviraí	0,28	1,47	3,43
Jateí	--	0,52	1,40
Ivinhema	0,04	4,82	0,94
Glória de Dourados	0,15	1,00	0,70
*Microrregião de Iguatemi	6,25	9,07	9,89
Mato Grosso do Sul	1,37	2,75	3,93
Brasil	1,42	3,42	6,12

Elaborado pelos autores a partir do Atlas Brasil (2013)

* Os valores da Microrregião de Iguatemi foram obtidos pelo cálculo da média simples dos indicadores dos 16 municípios que a compõem.

Atenta-se para um alto percentual de pessoas sem energia elétrica e em condições habitacionais inadequadas. Nessas mesmas localidades, também se encontra um alto percentual de domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitários inadequados. Neste sentido, a disparidade dos indicadores desses quatro municípios (Japorã, Paranhos, Coronel Sapucaia e Tacuru) novamente distorcem a média da microrregião, pois os demais municípios encontram-se com indicadores próximos ao do MS e no Brasil.

Em se tratando de condições habitacionais, é importante relatar que o MS concentra 61 áreas de terras indígenas, dentre as 676 áreas presentes no Brasil, considerando as diferentes fases de processos e as terras em estudo, de acordo com a FUNAI (2017). A Tabela 4 apresenta as terras indígenas na Microrregião de Iguatemi, onde encontram-se 20 terras indígenas tradicionalmente ocupadas. A maioria das terras (12) concentra-se nos municípios de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Tabela 4
 Terras Indígenas na Microrregião de Iguatemi

Terra Indígena	Etnia	Município	Superfície (ha)	Fase do Procedimento
Arroio-Korá	Guarani Kaiowá	Paranhos	7.175,77	Homologada
Cerrito	Guarani, Nhandeva	Eldorado	1.950,98	Regularizada
Dourados-Amambaieguá I	Guaraní	Amambai, Dourados, Naviraí	55.600,00	Delimitada
Dourados-Amambaieguá II	Guaraní	Amambai, Dourados, Naviraí, Caarapó, Juti, Laguna Carapã	0	Em Estudo
Garcete Kuê (Nhandeva Peguá)	Guaraní	Sete Quedas	0	Em Estudo
Iguatemipegua I	Guarani Kaiowá	Iguatemi	41.571,00	Delimitada
Iguatemipegua II	Guarani Kaiowá	Amambai, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Dourados, Iguatemi, Paranhos e Tacuru	0	Em Estudo
Iguatemipegua III	Guarani Kaiowá	Tacuru	0	Em Estudo
Jaguapiré	Guarani Kaiowá	Tacuru	2.342,02	Regularizada
Laguna Piru (Nhandeva Peguá)	Guaraní	Eldorado	0	Em Estudo
Mocajá (Ñandévapeguá)	Guaraní	Amambai, Coronel Sapucaia, Paranhos e Tacuru	0	Em Estudo
Pirajuí	Guarani Nhandeva	Paranhos	2.118,23	Regularizada
Sassoró	Guarani Kaiowá	Tacuru	1.922,64	Regularizada
Sete Cerros	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowa	Paranhos	8.584,72	Homologada
Sombreiro	Guarani Nhandeva	Sete Quedas	12.608,00	Declarada
Takuaraty/Yvykuaru su	Guarani Kaiowá	Paranhos	2.609,09	Homologada
Taquaperi	Guarani Kaiowá	Coronel Sapucaia	1.776,96	Regularizada
Ypoi/Triunfo	Ñhandeva	Paranhos	19.756,00	Delimitada
Yvy-katu	Ñhandeva	Japorã	9.494,16	Declarada

Elaborado pelos autores a partir de dados da FUNAI (2017).

É relevante também analisar os indicadores de escolaridade em face do baixo desenvolvimento econômico da região, como apresentado na Tabela 05.

Observa-se certa disparidade presente entre os municípios, todavia, em menor escala do que nos indicadores apresentados anteriormente. Assim, quando se analisa a escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais, nota-se que nenhum município ultrapassa os indicadores do estado, ficando também abaixo dos indicadores brasileiros, nos três níveis de escolaridade: fundamental, médio e superior.

Tabela 05
 Percentual de escolaridade

Municípios	% de 25 anos ou mais com fundamental completo (2010)	% de 25 anos ou mais com médio completo (2010)	% de 25 anos ou mais com superior completo (2010)
Japorã	18,38	11,41	5,21
Paranhos	23,89	13,09	4,50
Coronel Sapucaia	25,28	14,37	5,80
Tacuru	25,62	16,34	4,99
Sete Quedas	27,39	17,41	5,59
Itaquiraí	25,96	15,28	5,87
Novo Horizonte do Sul	26,47	16,98	7,46
Iguatemi	35,10	20,67	7,28
Eldorado	34,91	21,31	6,79
Mundo Novo	38,29	26,91	9,89
Deodápolis	40,34	27,57	8,43
Angélica	35,11	23,09	5,37
Naviraí	42,30	27,99	9,67
Jateí	39,53	25,16	11,05
Ivinhema	37,63	25,18	8,59
Glória de Dourados	45,06	32,24	9,85
*Microrregião de Iguatemi	32,57	20,93	7,27
Mato Grosso do Sul	49,36	34,88	11,99
Brasil	50,75	35,83	11,27

Elaborado pelos autores a partir do Atlas Brasil (2013)

* Os valores da Microrregião de Iguatemi foram obtidos pelo cálculo da média simples dos indicadores dos 16 municípios que a compõem.

Supõe-se que o baixo nível de escolaridade, observado em todos os municípios da microrregião, guarde alguma relação com os indicadores econômicos dessas localidades. A Figura 4 apresenta o Produto Interno Bruto (PIB) de cada um dos municípios.

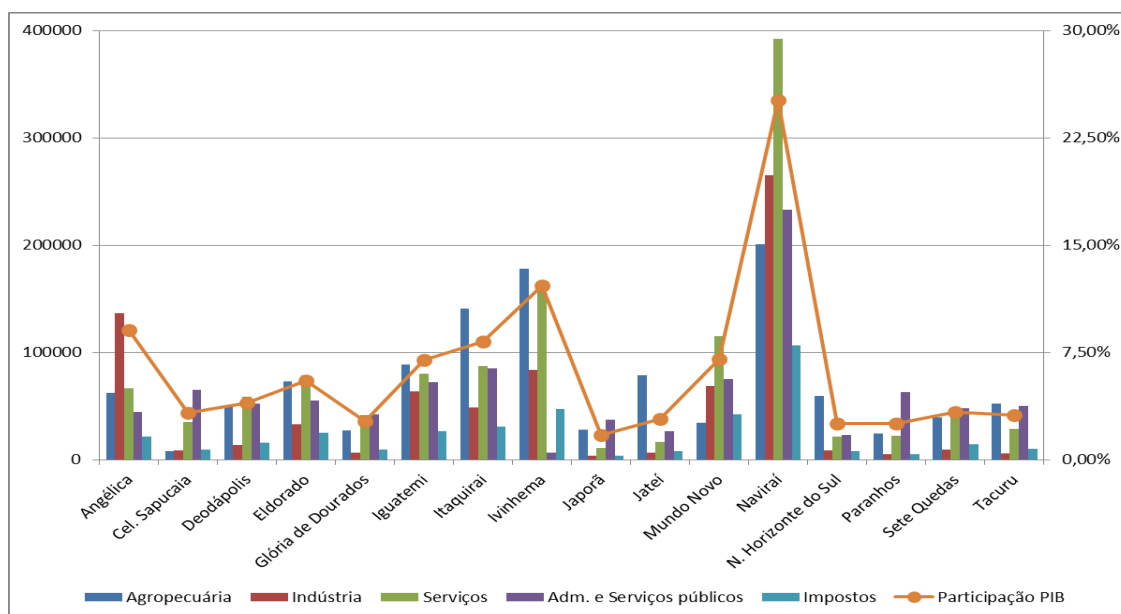


Figura 4. Distribuição do Produto Interno Bruto dos Municípios da Microrregião de Iguatemi
 Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE (2013)

Nota: A contribuição de cada município (%) está representada na linha.

De acordo com o IBGE Cidades (2013), o PIB é composto por Agricultura, Indústria, Serviços, Administração pública e Impostos. Na Microrregião de Iguatemi, o total corresponde a aproximadamente 1,35 bilhão de reais, enquanto o estado soma 69,1 bilhões, o que representa 1,95% do PIB do MS. Como pode ser observado na Figura 4, o maior PIB municipal da microrregião é de Naviraí, que corresponde a aproximadamente 25% do total. Por outro lado, Japorã, Paranhos, Coronel Sapucaia e Tacuru respondem juntos por 10% do PIB da microrregião, enquanto concentram 20% da população regional.

Em relação à distribuição do PIB por setor de atividade, a Figura 5 apresenta os dados da microrregião.

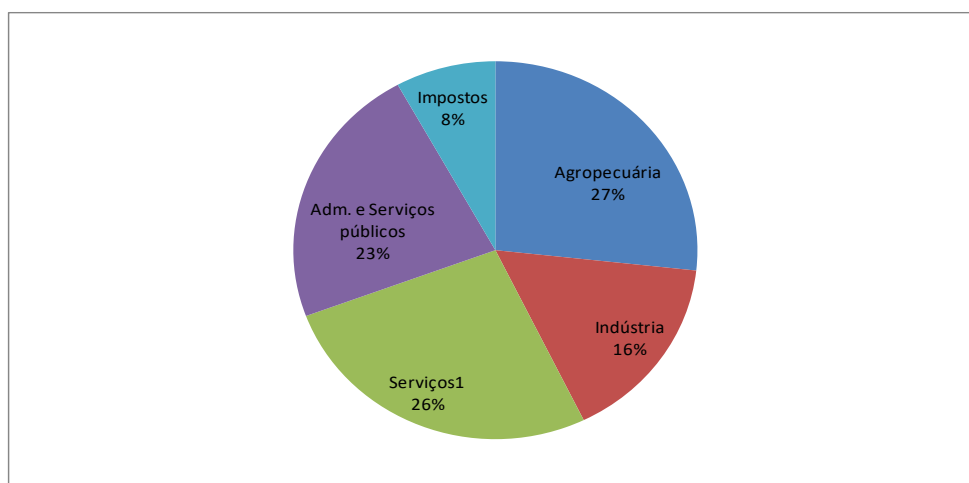


Figura 5. Distribuição do PIB da Microrregião de Iguatemi por setores de atividades
Elaborado pelos autores com base no IBGE Cidades (2013).

Identificou-se que a agropecuária e os serviços apresentam os maiores valores, 27% e 26% respectivamente. Observa-se ainda, a relevância da Administração e Serviços Públicos (23%) para o PIB de todos os municípios, enquanto a indústria (16%) tem peso menor, apontando o baixo nível de industrialização da microrregião.

Diferentemente dos resultados identificados na Microrregião de Iguatemi, no município de Naviraí, os serviços apresentam destaque com concentração de 33% do PIB. Em relação à indústria, verificou-se que o percentual do PIB é de 22%, superior ao da microrregião (16%). Além disso, ao considerar o PIB gerado pelas indústrias em toda a microrregião, Naviraí é responsável por 35% deste setor. A partir dos indicadores analisados anteriormente, especialmente quando se considera o crescimento populacional superior de Naviraí, supõe-se que o município pode se consolidar como um pólo industrial e de serviços.

Avançando na análise, é importante também conhecer a distribuição da mão de obra, considerando o volume de ocupação de pessoas nos diferentes setores da economia. Para tanto, utilizou-se a base do IBGE (2013) que classifica as ocupações em: agricultura, comércio, indústria e serviços. A Figura 6 apresenta a evolução histórica deste aspecto na microrregião.

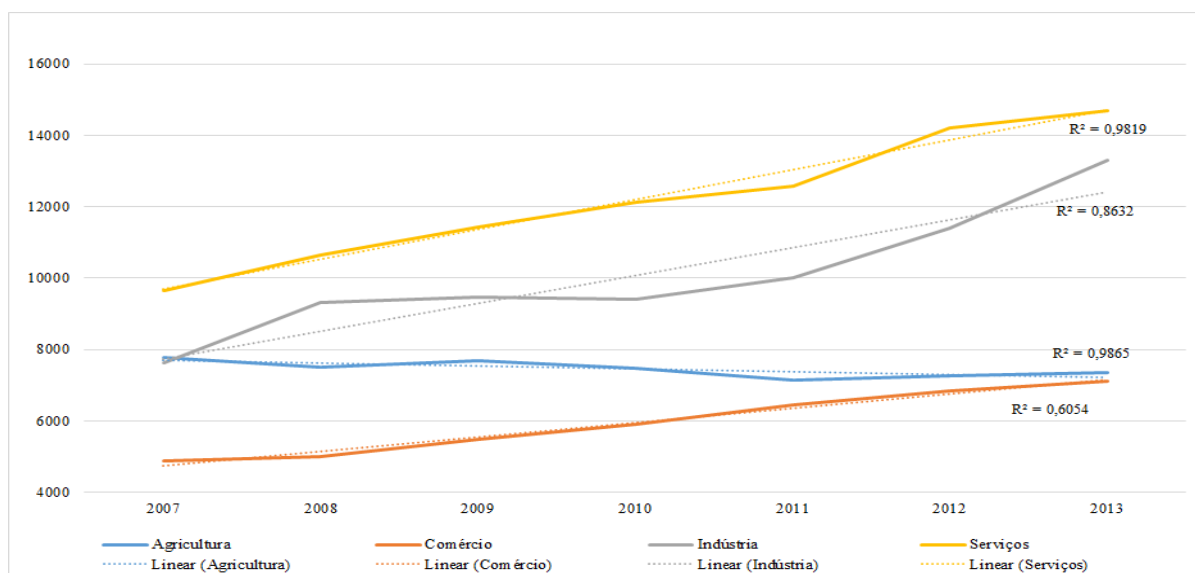


Figura 6. Evolução de pessoas ocupadas por setor na Microrregião de Iguatemi
 Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE Cidades (2013)

Observa-se que o setor de serviços apresenta maior quantidade de ocupação de pessoas, com 14.686 em 2013 e, a partir da linha de tendência, percebe-se sua manutenção. O segundo lugar em ocupação de pessoas é a indústria, que também apresentou a tendência de crescimento. O terceiro lugar é o setor de agricultura, enquanto o quarto refere-se ao comércio. Os dois últimos apresentam um número de pessoas ocupadas muito próximo, entretanto, na agricultura observou-se uma tendência de redução da ocupação de pessoas. Essa constatação indica que, possivelmente, ocorra uma inversão desta situação, com a superação da ocupação de pessoas por parte do comércio em relação à agricultura. Vale destacar que uma possível razão para a redução da necessidade de pessoas na agricultura é a mecanização dos processos relacionados à este segmento da economia.

A medida R^2 representa o grau de ajustamento do modelo em relação aos dados analisados. Constata-se que os setores de serviços, indústria e comércio apresentam um índice de ajuste superior a 0,8, o que confirma a tendência observada de crescimento. O índice de ajuste da agricultura é superior a 0,6, embora não seja um ajuste tão adequado quanto aos demais,

aponta para uma tendência de decréscimo.

Considerando os apontamentos discutidos até o momento, fica evidente a importância de Naviraí para a Microrregião de Iguatemi. Dessa forma, apresenta-se uma breve caracterização do município, que está localizado no sul do estado de MS. A área total do município é de 3.163Km², que equivale a 14,47% da microrregião e 1,09% do total do estado. A posição geográfica do município está limitada: ao norte, pelo município de Jatei; ao sul, por Itaquiraí e Iguatemi; a leste, pelo estado do Paraná; e a oeste, por Juti (Prefeitura Municipal de Naviraí, 2017). A partir da área territorial e da população, a microrregião e o município apresentam uma densidade demográfica superior à média do estado. O estado possui 6,86 hab/km², enquanto a Microrregião de Iguatemi tem 18,88 hab/km² e Naviraí 16,39 hab/km².

O município possui 54 anos de emancipação política, sendo fundado em 1952 por Ariosto da Riva, por meio da colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda. Inicialmente foi denominado como Povoado Vera Cruz, pois era alcançado apenas por via fluvial, pelo rio Amambai (IBGE Cidades, 2017). Em 1955, com a construção da estrada que liga o povoado ao município de Dourados, segunda maior cidade do estado, o povoado passa a se desenvolver mais rápido (Garcia, 2016). Em 1958, Naviraí foi elevada a distrito pela Lei nº 1.195 e em 1963, foi elevada a município pela Lei nº 1.944 (Messias, 2013; IBGE Cidades, 2017).

Existem duas versões para o nome Naviraí: a primeira de origem guarani, que significa “pequeno rio impregnado de arbustos roxos” ou “rio impregnado de pequenas árvores arroxeadas”; e a segunda de origem castelhana, que significa natividade ou nascimento (Hasper & Pereira, 2013; Garcia, 2016).

O traçado urbano da cidade de Naviraí tem a forma de uma teia, como em Belo Horizonte-MG, que foi construída de forma planejada, sendo inspirada nos modelos urbanos de Paris e Washington. Essa construção foi idealizada pelo pioneiro Antonio Augusto dos Santos, que buscou um engenheiro na capital mineira para realizar o projeto urbanístico (Garcia, 2016). A Figura 7 mostra a vista aérea do centro da cidade, denominado Teia de Naviraí.



Figura 7. Vista Aérea da Teia de Naviraí
Hasper e Pereira (2013, p. 132)

A partir das análises realizadas, percebe-se a necessidade de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico dessa região. Para tanto, é preciso estimular a cooperação dos diferentes atores do território, gerando uma estrutura de ação coletiva com o propósito de transformação social, como discutido por Andion (2003). Contudo, para que isso seja feito de forma adequada, deve-se atentar para um fator importante. As questões discutidas até esse ponto são baseadas nos dados oficiais, seguindo a caracterização do IBGE, que insere Naviraí na Microrregião de Iguatemi. Acredita-se que essa divisão deva ser repensada, tendo em vista o desenvolvimento local e regional, pois a partir dos índices analisados, não é possível afirmar que a Microrregião de Iguatemi se constitua como um território com identidade própria. As disparidades nos índices mostram que o desenvolvimento é irregular, necessitando de ações e políticas públicas que consideram as especificidades de cada localidade, mas que ao mesmo tempo, valorizem o desenvolvimento regional.

Além disso, a divisão proposta pelo IBGE envolve municípios que estão mais perto de outros centros. Dentro dessa perspectiva a SEMADE (2015, p. 16) propôs um modelo de regionalização que contemple “condições geográficas de proximidade, tendo como referência a interdependência intra-regional”. Neste caso, a regionalização foi organizada em nove polos urbanos com dimensões diversificadas. O maior centro urbano, Campo Grande; três subpolos, Dourados, Corumbá e Três Lagoas; e cinco polos microrregionais, Naviraí, Ponta-Porã, Jardim, São Gabriel do Oeste e Nova Andradina.

Sendo assim, acentua-se a necessidade de investigação mais aprofundada da classificação desenvolvida pela SEMADE ou a proposição de uma nova classificação que propicie o fortalecimento das identidades territoriais.

5 Conclusões

Esta pesquisa procurou identificar as características de desenvolvimento humano e socioeconômico da Microrregião de Iguatemi, com vistas ao desenvolvimento local e regional. A partir das análises realizadas, algumas conclusões podem ser destacadas.

A primeira, do ponto de vista teórico, reside no fato de que a formação deliberada de regiões constitui uma condição importante para o processo de desenvolvimento endógeno, que pode convergir para a construção de uma identidade territorial. A condição central que se espera é de autonomia dos atores (setor público, mercado, setores organizados da sociedade, ONG's, cidadãos, entre outros), mas também, de interdependência e de trabalho coletivo.

A segunda, do ponto de vista econômico, considerando a Microrregião de Iguatemi, constatou-se que a agropecuária se destaca como o setor de atividade mais importante. Assim, seria necessário que lideranças estabelecidas na região implementem estratégias para reforçar essa vocação ou tentem fomentar o desenvolvimento de novas potencialidades.

Uma terceira constatação, é que a renda *per capita* da microrregião, de forma geral, é pequena quando comparada ao MS e ao Brasil. Em determinados municípios, chega a ser muito reduzida. Esses resultados apontam a urgência do desenvolvimento de ações que contribuam com a melhoria da qualidade de vida nessas localidades, especialmente políticas que fomentem a geração e melhor distribuição de renda.

Quando se trata de IDHM, como quarta conclusão, destaca-se que, embora o índice da microrregião tenha aumentado, principalmente por conta da melhoria dos índices educacionais, esses ainda estão aquém do desejável, tanto em termos de ensino fundamental, médio e superior. Essa questão precisa ser resolvida como condição imprescindível para que o desenvolvimento econômico, social, cultural e político da microrregião ocorra, destacando-se que educação e desenvolvimento são fatores indissociáveis, pois a educação pode contribuir com a elevação dos demais componentes do IDHM.

Por fim, a quinta conclusão, refere-se ao fato de que o município de Naviraí se destacou como central para a microrregião, por dois motivos: sua população, bem maior que a das demais cidades e com crescimento acentuado ao longo dos anos; e pelo PIB que está acima da média.

Os dados permitem inferir que o município se apresenta como um polo concentrador da microrregião e pode assumir o papel de protagonista na busca do desenvolvimento regional. Sendo assim, indica-se a importância de novas pesquisas que aprofundem o conhecimento sobre as questões que tangenciaram esse estudo. Seria importante, por exemplo, compreender como se deu o desenvolvimento do município polo. Outro aspecto a ser investigado é a estrutura de desenvolvimento do setor industrial da microrregião, como condição para adensamento das cadeias produtivas relacionadas à vocação da região. Da mesma forma, seria importante investigar o setor industrial de Naviraí, visto que, no município, esse setor tem maior potencial. Por fim, reitera-se a necessidade de conhecer as demandas de formação de recursos humanos para pensar um projeto de desenvolvimento local e regional neste território.

Referências

- Amaral Filho, J. (2001). A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. Ipea. *Planejamento e Políticas Públicas (ppp)*, 23, 261-286.
- Andion, C. (2003). Análise de redes e desenvolvimento local Sustentável. *Revista de Administração Pública (RAP)*, Rio de Janeiro, 37(5), 1033-54.
- Ávila, V. F. (2006). Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). *Interações*, 8(13).
- Ávila, V. F., Campos, I. M., Rosa, M. V. C., Ferro, R. F. F. C., & Paulitsch, R. J. (2000). *Formação Educacional em Desenvolvimento Local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB.
- Cabugueira, A. C. C. M. (2000). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local: análise de alguns aspectos de política econômica regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 103-136.
- Del Castilho, J. (1998). Manual de desarrollo local. In F. Albuquerque. *Desenvolvimento e fomento produtivo local para superar a pobreza*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Diniz, C. C. (2009). Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, 19(2).
- Fagundes, J. R., Rauta, J., & Siqueira, L. V. P. (2015). Desafios e potencialidades do município de Realeza: uma análise a partir dos indicadores locais. *Anais do Encontro Nacional de Cursos de Graduação em Administração*, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, 26.
- Ferro, R. F. F. C. (2003). *Potencialidades de desenvolvimento local da comunidade de São Gabriel do Oeste em Termos de Ocupação*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil.
- Fundação Nacional do Índio. Recuperado em 15 março, 2017 de <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>
- Hair, Jr., J. F., Babin, B., Money, A. H., & Samouel, P. (2005). *Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração*, Porto Alegre, Bookman.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Cidades@*. Recuperado em 06 março, 2017, de <http://cidades.ibge.gov.br/>
- Jagnow, G. E. B., Jurack, I. I., & Stoffel, J. (2012). Potencialidades do município de Horizontina. *Anais da Jornada de Pesquisas Econômicas da FAHOR*, Horizontina, RS, Brasil, 3.

- Kunz, J. G., & Moesch, M. (2010). Potencialidades e limitações ao Desenvolvimento Turístico de municípios de pequeno porte: Guaraciaba-SC. *Anais do Salão de Iniciação Científica da PUCRS*, Porto Alegre, RS, Brasil, 11.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1992). *Metodologia do trabalho científico*, São Paulo, Atlas.
- Lipke, L. L., & Valente, V. Potencialidades comerciais da cidade de Agudo, RS. *Disc. Scientia*, Série: Ciências Humanas, 11(1), 41-60.
- Llorens, F. A. (2001). Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES.
- Lima, J. F., Piffer, M., Ostapechen, L. P. (2016). O crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul. *Interações*, 17(4).
- Merriam, S. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Muls, L. M. (2008). Desenvolvimento Local, Espaço e Território: o conceito de Capital Social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. *Revista Economia*, 1-21.
- Nunes, O. M., & Karnopp, E. (2013). Análise das potencialidades econômicas endógenas no desenvolvimento do município de Santa Maria/RS. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto – GEDECON*, 1(1).
- Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, 5(2), 37-48.
- Oliveira, B. S. (2011). Dinâmicas sociais na fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa: um estudo sobre Oiapoque, Vila Vitória do Oiapoque e Cayene. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amapá, Macapá, AM, Brasil.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2013). Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Recuperado em 10 março, 2017, de <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/metodologia.html>
- Rodrigues, L. C., & Oliveira, J. V. (2006). Estudo das potencialidades do município de Barra Mansa–RJ, como pólo de treinamento de empresas prestadoras de serviços, voltado para o desenvolvimento local. *Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT*, Rezende, RJ, Brasil, 3.
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. (2015). Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento. Recuperado em 06 março, 2016, de http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf
- Siedenberg, D. (2008). A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In D. Becker & M. Wittmann. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*, Santa Cruz do Sul, Edunisc.
- Sistema IBGE de Recuperação Automática. (2014). *Produção Agrícola Municipal 2014*. Recuperado em 06 março, 2017 de <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>
- Shikida, P. F. A., & Souza, E. C. (2009). Agroindústria canavieira e crescimento econômico local. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 47(3).
- Stoffel, J., & Mattia, A. A. (2012). O município de Ijuí/RS e suas potencialidades econômicas. *Anais do Encontro de Economia Gaúcha*, Porto Alegre, RS, Brasil, 6.
- Swinburn, G., Goga, S., & Murphy, F. (2006). Desenvolvimento econômico local: um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação. Banco Mundial. Recuperado em 28 dezembro, 2016, de <http://siteresources.worldbank.org>
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Atlas.